

**PROJETO DANDARA E A IMPORTÂNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
COMPROMETIDAS COM A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

***DANDARA PROJECT AND THE IMPORTANCE OF PEDAGOGICAL PRACTICES
COMMITTED TO ANTI-RACIST EDUCATION***

Paula Caroline Meneses Rodrigues¹ - SME 
Jakeline Alencar Andrade² - UFC 

RESUMO

O artigo reflete sobre a importância de se criar e apresentar outras narrativas para as crianças através da descrição das ações do projeto Dandara: narrativas teatrais antirracistas para a infância. O racismo faz-se presente na vida das crianças negras, atuando negativamente na construção da sua identidade. Ao contar histórias que enaltecem a beleza e a cultura dos povos negros, o projeto contribui para a construção dessa imagem positiva, que a criança negra precisa. Para entender a necessidade de práticas pedagógicas antirracistas, foi necessário identificar como o racismo foi-se estabelecendo na sociedade brasileira e na educação pública. A metodologia utilizou-se de levantamento bibliográfico e documental, focando na Legislação educacional brasileira e em uma observação participante. Concluímos que a difusão e valorização da história e cultura africanas são fundamentais para apontar caminhos para se trabalhar as relações étnico-raciais na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista; Narrativas para crianças; Educação Básica.

ABSTRACT

The article reflects on the importance of creating and presenting other narratives for children through the description of the actions of the project “Dandara: anti-racist theatrical narratives for childhood”. Racism is present in the lives of black children, acting negatively on the construction of their identity. By telling stories that praise the beauty and culture of black people, the project contributes to the construction of this positive image, which black children need. To understand the need for anti-racist pedagogical practices, it was necessary to identify how racism was established in Brazilian society and in public education. The methodology used a bibliographic and documentary survey, focusing on Brazilian educational legislation and participant observation. We conclude that the dissemination and appreciation of African history and culture are fundamental to pointing out ways to work on ethnic-racial relations at school.

KEYWORDS: Anti-racist education; Narratives for children; Basic Education.

INTRODUÇÃO

¹ Especialista em Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2023). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2022). Professora da rede municipal de Fortaleza, na Escola Municipal Professor Denizard Macedo de Alcântara. E-MAIL: paulacaroline.meneses@educacao.fortaleza.ce.gov.br.

² Pós-Doutora pela FPCE da Universidade do Porto. Doutora em Educação pela UFRGS (2008). Atua na Área de Psicologia da Educação, com estudos sobre epistemologia genética, desenvolvimento moral, autonomia, desenvolvimento e aprendizagem na infância e na adolescência e formação de professores. E-MAIL: jakeline@ufc.br.

O racismo é uma realidade da sociedade brasileira e está presente na escola, tanto no âmbito das relações interpessoais, como na transmissão dos conteúdos sistematizados nos currículos da educação formal. Se almejamos uma sociedade melhor, com menos desigualdade e livre do racismo, é fundamental, também, buscarmos compreender como a dinâmica histórica, econômica e social conseguiu naturalizar e manter o racismo nas suas entranhas. Só entendendo como o racismo estrutura-se na sociedade brasileira é que conseguiremos esperar por estratégias antirracistas mais eficazes.

Nesse sentido, a educação, com seu poder transformador, é uma poderosa arma para efetivamente construir uma sociedade mais justa, ou seja, só com uma verdadeira educação antirracista, poderemos vislumbrar uma sociedade melhor para todos. No entanto, sabemos que a educação no Brasil tem caráter dúbio e o mesmo poder emancipador que carrega em si, pode ser usado para normalizar o racismo na sociedade. Um exemplo disso é quando a escola retrata a história do Brasil contando apenas a versão do colonizador europeu, reforçando estereótipos racistas. É preciso descolonizar o conhecimento ofertado na escola, abrindo espaço para o pensamento crítico sobre o que realmente aconteceu no nosso país.

A educação formal que existe na escola tem, dentre outras, a função de preparar o cidadão para viver em sociedade. No entanto, se a escola efetivamente preparasse o cidadão para enfrentar os problemas existentes na sociedade, o racismo estaria entre os principais problemas a serem combatidos, assim como: a desigualdade social, a violência, a corrupção e tantos outros. Diante disso, deveria ser na escola que a criança negra, se reconhece negra, sim, mas não de maneira negativa.

A criança negra deveria conhecer na escola a riqueza do continente africano com suas diversas culturas. Deveria também ter a compreensão de que a cultura brasileira foi fomentada pela mistura de diversas culturas e que os traços culturais africanos são muito fortes no nosso país. Por fim, ela deveria aprender a proteger-se do racismo. Contudo, o que ainda se observa é que, mesmo com o surgimento de leis para combater o racismo nas escolas, continuamos presenciando casos de racismo contra crianças nesse espaço. Não podemos viver numa sociedade que aceite que crianças continuem sofrendo racismo.

A educação infantil é um direito das crianças e uma etapa muito importante na formação humana, pois nela se formam as bases para construções dos valores humanos. E se o racismo é aprendido, o antirracismo também pode ser. Como primeiro ambiente social em que as crianças, desde muito pequenas, tem contato com a pluralidade e a diversidade de pessoas que existem na sociedade, a escola deveria exercer, portanto, o papel de mediadora das relações interpessoais e promover uma educação antirracista. O que, infelizmente, ainda não acontece na maioria das escolas. Os assuntos relacionados aos povos negros sempre estão relacionados a escravidão. Essa é a referência que a criança negra tem na escola, a escravidão. Seria importante que a criança negra pudesse se reconhecer em outras narrativas, de reis e rainhas, heróis e heroínas, músicas, artes, matemática, ciências, religiões e muitos outros traços das culturas africanas que foram roubados e silenciados dos povos negros.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância de se criar e apresentar outras narrativas para as crianças através da descrição das ações do projeto Dandara: narrativas teatrais antirracistas para a infância. Um projeto que nasceu na Universidade Federal do Ceará e faz o resgate de histórias que enaltecem traços das culturas dos povos originários e dos povos africanos e afrodescendentes.

Um projeto de fundamental importância tanto para as crianças que podem reconhecer-se nas histórias e apropriar-se de outros aspectos da nossa cultura que é plural e diversa, como

também, contribuindo significativamente na formação dos futuros profissionais de educação que vão ter a oportunidade de conhecer melhor outras possibilidades de como abordar as relações étnico-raciais na escola. É por isso, que o presente trabalho aponta maneiras de combater o racismo, descrevendo essa prática pedagógica que busca uma educação antirracista, como também, faz uma reflexão sobre como o racismo foi-se estabelecendo nas relações sociais brasileiras e, principalmente, no contexto escolar.

DESENVOLVIMENTO

A escravidão no Brasil, oficialmente, inicia-se em 1535 e terminaria 353 anos depois, através da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, durante esse período, estima-se que, no Brasil, cerca de 6,5 milhões de pessoas foram traficadas do continente africano e escravizadas. A economia dessa nova nação foi forjada pela força de trabalho escrava. Segundo Nascimento, “a imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (2016, p. 57).

Portanto, durante 353 anos, esse crime, a escravidão, serviu de base econômica para o Brasil sendo aceito por todos, como algo natural. As nações europeias, incluindo Portugal, para esconder seu crime, pregavam essa ideologia barata de que os africanos eram seres inferiores, que nasceram para o trabalho duro.

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade [...]. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (Nascimento, 2016, p. 59).

No Brasil, a escravidão era algo natural, endossada não só pelos invasores portugueses, mas também pela igreja católica. Todas as crueldades sofridas pelos escravos eram aceitas pelos ditos cristãos, o que não é muito diferente do que acontece no Brasil atual, onde movimentos religiosos, apoiam, por exemplo, o armamento da população. E a religião católica, que também foi implantada no Brasil pelos portugueses, teve um importante papel no surgimento do mito da democracia racial no país.

Parafraseando Nascimento (2016), criou-se o mito de que a igreja católica teria sido fundamental para o alto grau de benevolência e humanidade com os escravos das colônias portuguesas e espanholas, diferente da crueldade dos ingleses. Partindo dessa premissa, surgiu no Brasil (pós) escravidão, essa crença de que brancos e pretos viviam harmoniosamente com iguais condições de oportunidades de sobrevivência. O que favoreceu o enraizamento das estruturas desiguais na nossa sociedade.

Essa falácia de democracia racial serviu para mascarar o crime que foi a miscigenação no nosso país, o estupro de mulheres negras pelos homens brancos era uma prática normal, servindo para tirar a *mancha negra* do nosso país. O mito da democracia racial foi uma bandeira levantada com orgulho pelos governantes, porém, ela é facilmente contestada. Se vivemos em um país com igualdade de oportunidades para todos, por que, quando aconteceu a abolição dos escravos, não houve um planejamento para alocar socialmente essa população? Por que os povos negros foram entregues à própria sorte, sem moradias e sem trabalho? Ao contrário, o que existia no nosso país, depois da abolição, era um projeto de branqueamento da população.

E essa é mais uma das vertentes cruéis do racismo à brasileira, o mulato fruto da miscigenação continuou sendo considerado cidadão de segunda classe, inferior; e o incentivo às imigrações de europeus, para branquear o povo, fez com que os postos de trabalho (pós) abolição fossem destinados aos imigrantes europeus, deixando os negros recém-libertos entregues à própria sorte.

Os povos negros, que não podiam mais ser escravizados por lei, agora seriam criminalizados por essa mesma lei, ou seja, começa a se criar artifícios sofisticados para manter a ideologia da inferioridade da raça negra. Segundo Sílvio de Almeida (2019), a partir do momento que acaba a escravidão, surgem novos parâmetros políticos, econômicos, jurídicos e ideológicos para a manutenção da desigualdade racial. A educação não fica de fora dos meios de manutenção das desigualdades.

Historicamente a educação do Brasil segue duas linhas bem distintas. No período colonial, por exemplo, existia a educação para os filhos das elites e a educação destinada à domesticação e catequização dos povos originários, enquanto os escravizados não tinham acesso à educação. Isso não mudou no Império, a Constituição de 1824 determinava a instrução primária gratuita para os cidadãos e os escravizados não eram cidadãos. “A escola imperial [...] combativa às culturas populares, sob um modelo eurocêntrico de ensino e de sociedade desejada que visava à homogeneização cultural e à invenção de uma cidadania nacional, era vista como condição de progresso do Brasil” (Almeida; Sanchez, 2016, p. 236).

É importante frisar que os povos negros, mesmo que de maneira pontual, tiveram acesso à educação, sim. Segundo Barros, “a população negra não esteve ausente do processo de institucionalização da educação no século XIX, graças a iniciativas particulares como irmandades ou associações[...]” (Barros, 2016, p. 593). Outro ponto importante que devemos nos atentar, é que com todo esse racismo presente na sociedade brasileira, foi incutido uma ideia enganosa de que as pessoas escravizadas, que vinham para o Brasil, não tinham nenhum tipo de conhecimento. O que é um engano, já que as pessoas que vinham do continente africano eram dotadas de diversos saberes, eram reis, rainhas, pessoas letradas, com ofícios importantes como: marceneiros, ferreiros, agricultores e outros.

Portanto, havia muitos africanos que sabiam da importância do conhecimento, de saber ler e escrever aquele novo idioma, de entender as leis dessa nova nação. No entanto, esse interesse era combatido, e como destaca Barros (2016), foram criadas leis nas províncias, para barrar o acesso da população negra à educação. A título de exemplo, a província do Espírito Santo, em 1835, instituiu uma lei que proibia o ensino de leitura, escrita, ofício e artes para escravizados. Já na província do Rio Grande do Norte foi aprovado um Estatuto regulamentando a educação e em um dos seus artigos, considerava que as mulheres escravizadas poderiam receber instruções sobre prendas domésticas, mas logo em seguida, esse artigo foi revogado.

O período imperial, de acordo com Almeida e Sanchez (2016), foi marcado pela negação da instrução pública para os escravizados, mas não proibia a frequência dessa parte da população, nas escolas particulares de ensino, ou a contratação de professores particulares e, ainda que essa instrução fosse voltada para o trabalho ou a apreensão dos valores religiosos, foi uma forma dos povos africanos receberem algum tipo de instrução no período imperial.

É importante lembrar que nesse período de final do século XVIII e início do século XIX, estava acontecendo a Revolução Industrial na Inglaterra, que era parceira comercial de Portugal. Nesse período, a mão de obra escrava estava sendo substituída pela mão de obra livre e ideias abolicionistas começaram a surgir.

A Inglaterra acabou com o tráfico de pessoas escravizadas em 1807 e começou a pressionar o Brasil. A partir do início do século XIX, começou o debate em torno de ideais abolicionistas e algumas leis foram sendo implantadas como, por exemplo, a Lei Feijó, de 1831 que proibia o tráfico no Atlântico, mas essa lei não teve nenhuma efetividade e ficou conhecida como a “Lei para inglês ver” (Conrad, 1985 apud Gabier, 2016, p. 1).

Alguns anos depois, em 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que continha o mesmo texto da Lei Feijó, foi implantada. Outras leis surgiram, como a lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, que era conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, determinou que os escravizados com mais de sessenta anos fossem libertados. Lei do Ventre Livre, em 1871, que determinava que os filhos de mulheres escravizadas eram livres, ficando aos cuidados dos donos das escravizadas até completarem 8 anos, que depois teriam a opção de entregar as crianças para o Estado.

Para Almeida e Sanchez (2016), o debate sobre a Lei do Ventre Livre, fez com que o governo tivesse que criar instituições de caráter assistencialista para acolher as crianças nascidas livres que fossem ficar na responsabilidade do Estado, no entanto, a educação ofertada tinha “a explícita intenção de combater o atraso e as más inclinações que se considerava que a população escravizada possuía” (Almeida; Sanchez, 2016, p. 237).

Já em 1878 um decreto permitiu que os negros libertos com mais de 14 anos se matriculassem nos cursos noturnos e, no ano seguinte, com a reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho, “instituiu-se a obrigatoriedade do ensino dos sete aos catorze anos e caiu o veto que proibia a frequência dos escravos na escola pública” (Almeida; Sanchez, 2016). Esses foram, portanto, os primeiros indícios de educação formal ofertada para as pessoas escravizadas, antes da abolição em 1888.

No entanto, como já comentado anteriormente, agora que existia uma lei que permitia a educação dos negros e não tinha mais como a elite escravocrata proibir o acesso aos estudos, essa mesma elite tratou de dificultar o acesso dos negros à educação formal. Ainda de acordo com Almeida e Sanchez, as escolas começaram a fazer exames admissionais, excluindo as pessoas que não tinham um conhecimento prévio; começaram a cobrar taxas escolares, o material e o fardamento eram muito caros e a escola passou a ser um privilégio das elites.

Na República, a escola continuou sendo elitista, negando aos negros uma formação de qualidade e perpetuando não só a exclusão social, mas também a intelectual. Movimentos sociais surgiram reivindicando mais direitos aos povos negros, principalmente na educação e esses movimentos foram responsáveis pela escolarização nesse período. A atuação do movimento negro foi muito importante nesse período de transição do Império para a República.

A Frente Negra Brasileira, surgiu em São Paulo, em 1931, era uma associação de caráter político, informativo, recreativo e beneficente, que criou escolas para crianças e adultos, além de promover a inserção do negro na sociedade e denunciar o racismo existente na época. Em 1936 essa associação se tornou um partido político, mas que depois foi extinto pelo decreto de Vargas, em 1937, que acabou com os partidos políticos do período.

O Teatro Experimental do Negro, surge para combater a discriminação racial, em 1944. Além de formar atores negros e alfabetizar crianças, essa associação possuía o jornal Quilombo (1948-1950), “que apresentava em todos os números a declaração do Nosso Programa” (Gomes, 2017, p. 30). Esse programa, dentre outros, reivindicava o ensino público e gratuito para todas as crianças, o acesso e permanência dos negros nos ensinos secundários, superior e o combate ao racismo. Essas associações agiam nos fóruns decisivos da política educacional, colocando o debate racial no processo de tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB), a Lei 4.024/61. A LDB de 61 fez menção de forma genérica ao preconceito racial e nas alterações de 68 e 71 não houve mudança no texto da lei, esse período marcado pela instauração da Ditadura, em 1964, “a questão racial perdeu lugar nos princípios que regem a educação nacional” (Gomes, 2017, p. 32).

Nos anos de 1970, a partir da junção de atrocidades racistas e discriminatórias ocorridas na ditadura, o movimento negro unifica-se e articula-se nacionalmente. Surge então o Movimento Negro Unificado (MNU) que começa a reivindicar políticas públicas na área da educação, visando à melhoria na qualidade da educação oferecida aos negros, e na área trabalhista.

Nos anos 1980, Gomes (2017) alega que o Movimento Negro usa um discurso mais universalista sobre o acesso e permanência na educação. No entanto, de acordo com Gomes (2017), entendendo que políticas públicas genéricas não atendiam a população negra, o debate sobre as ações afirmativas começa a ganhar força. Outro acontecimento interessante nessa década, foi a inclusão da questão racial nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com isso os números da desigualdade racial foram conhecidos. Nas questões educacionais, fica evidente as taxas maiores de analfabetismo, exclusão, reprovação e exclusão escolar entre os alunos negros (Cavalleiro, 2000).

Os anos de 1990 “foram palcos de efervescência social, política e econômica nacional e internacional” (Gomes, 2017, p. 33). Não só o Brasil, mas toda a América Latina, em meio às pressões de políticas neoliberais, passava por reformas constitucionais que destacavam a pluralidade e diversidade culturais da sociedade.

A partir da década de 90, algumas ações do Movimento Negro foram muito importantes, como: em 1995, houve a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, no dia 20 de novembro, em Brasília. Nesse evento um documento foi entregue ao Presidente Fernando Henrique, reivindicando “o combate à discriminação racial no ensino, a revisão dos livros didáticos e programas de ensino, voltada para as questões raciais, e a formação permanente de professores nesse sentido” (Almeida; Sanchez, 2016, p. 243).

Nesse período, o Movimento negro começa a ter importantes conquistas, como: em 1993, por exemplo, foi realizada a revisão dos livros didáticos, no intuito de retirar conteúdos discriminatórios a respeito da população negra; muitos Estados e Municípios brasileiros determinaram o ensino da História e da Cultura negras em sua legislação; foi criado, em 1995, o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, que confirmava a existência do racismo na sociedade brasileira.

Já no ano 2001, o Brasil participa da I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em Durban, África do Sul, promovido pela ONU, em que o Estado brasileiro comprometeu-se a elaborar ações para superar o racismo, além de reconhecer internacionalmente a existência, na nossa sociedade, do racismo (Almeida; Sanchez, 2016; Gomes, 2017).

Finalmente, em 2003, é feita uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a Lei 10.639/03, sancionando a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas. Essa lei foi novamente alterada, em 2008, com a inclusão da questão indígena pela Lei 11.645/08. Portanto, a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08, torna-se obrigatório o ensino da história e da cultura dos povos africanos e dos povos originários nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Lentamente, algumas políticas públicas vêm sendo implementadas. É de fundamental importância essas políticas públicas para a população negra, pois, ainda que a educação possa desempenhar o papel de manutenção do status quo; é só através de uma educação que busca transformação da sociedade, acabando com a discriminação e o racismo é que podemos ter esperança de mudar realidade vivenciada pelas pessoas negras. Portanto, práticas pedagógicas que valorizam a cultura africana, mostrando sua riqueza e beleza promovem a igualdade e contribuem na eliminação da discriminação e do racismo no ambiente educacional.

A família e a escola são os primeiros a fazer a mediação entre as crianças e o mundo social e nem sempre os valores da família são iguais aos valores que as crianças têm contato na escola. A escola é um espaço formador de humanidade, pois nela, a criança passa a ter contato com o diferente e tanto estabelece sua identidade, como amplia sua percepção de mundo. “[...] O contato com as outras crianças da mesma idade, com outros adultos [...], com outros objetos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura de mundo” (Cavalleiro, 2000, p. 17).

É por isso que a escola torna-se esse espaço formador tão importante para o desenvolvimento e socialização da criança. Para Cavalleiro (2000), nesse processo de socialização do sujeito, a formação da identidade é fundamental, pois a criança ao formar sua identidade, reconhece-se enquanto ser social, não só pelas suas próprias lentes, mas também pela compreensão do que ela acha que os outros enxergam nela.

Portanto, se vivemos em uma sociedade atravessada pelo racismo, onde a escola reproduz os valores dessa sociedade, a construção da identidade de uma criança negra é permeada por esses valores racistas, criando um sentimento profundo de negação e rejeição da criança com ela mesma. Parafraçando Souza, o racismo criou o sujeito universal que é branco e inculcou, no sujeito negro, a rejeição pela sua negritude, destruindo sua identidade. Essa é a maior violência que o racismo comete, pois o ideal branco jamais poderá ser alcançado pela pessoa negra. Como afirma Souza (1983, p. 3):

[...] A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo.

O racismo está presente nas escolas de inúmeras maneiras, manifesta-se nos livros didáticos que contam a versão eurocêntrica da história e, nessa versão, os povos negros aparecem somente como escravos, não se fala dos conhecimentos vindos do continente africano. Temos também o problema da valorização de uma única estética, a estética branca. As princesas são brancas, os heróis são brancos, as imagens que decoram a escola são de pessoas brancas e muitos outros casos, onde a valorização do branco fica evidente.

O racismo manifesta-se no silêncio do professor quando acontece a situação concreta do racismo, professores preferem-se calar ao ter que lidar com situações racistas, causando grande sofrimento na criança vítima do racismo. Um estudo elaborado pela autora Eliane Cavalleiro (2020) apresenta dados irrefutáveis do racismo sofrido pelas crianças da educação infantil.

No livro *Do silêncio do lar ou silêncio escolar: racismo, discriminação e preconceito na educação infantil*, a autora faz uma pesquisa em uma instituição infantil e comprova que as crianças negras já apresentavam uma identidade negativa com sua negritude, assim como as

crianças brancas revelavam um sentimento de superioridade e atitudes discriminatórias e preconceituosas.

Esse estudo causou muito incômodo nos professores e professoras, pois revelou a face racista deles, tanto na sua forma de agir com crianças negras, no sentido de demonstrar menos afeto, assim como no silenciamento ao notar ações racistas. Eliane escancara o racismo que acontece nas instituições infantis de ensino que desumaniza crianças bem pequenas, práticas que precisam ser abolidas da educação.

As leis 10.639/03 e 11. 645/08 “obriga” o ensino da cultura africana nas escolas, contribuindo, portanto, para o acesso à informação sobre a história dos povos africanos, a diminuição do racismo no ambiente escolar e possibilita uma construção identitária positiva do indivíduo negro. No entanto, o fato de se ter uma lei não significa que ela esteja sendo cumprida. No ano de 2024, a lei 10.639/03 completa vinte e um anos e as mudanças ocorridas no contexto escolar, ainda são pouco significativas.

O negro ainda é lembrado de forma folclorizada e em situações específicas, como nas datas 13 de maio, em que se comemora a abolição da escravidão e 20 de novembro, o dia da Consciência Negra. O desafio que se encontra atualmente é o de efetivar essa lei no espaço escolar, principalmente na educação infantil. Uma das formas de contribuir com a educação das relações étnico-raciais e o combate ao racismo, de acordo com Lombardi e Bologna (2021) é promover experiências pedagógicas que respeitem, reconheçam e valorizem a cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Lentamente, algumas políticas públicas vêm sendo implementadas. É de fundamental importância essas políticas públicas para a população negra, pois, ainda que a educação possa desempenhar o papel de manutenção do status quo é só através de uma educação que busca transformação da sociedade, acabando com a discriminação e o racismo é que podemos ter esperança de mudar a realidade vivenciada pelas pessoas negras. Portanto, iniciativas como o projeto Dandara: narrativas teatrais antirracistas para a infância, que valorizam a cultura africana, mostrando sua riqueza e beleza. Promovem a igualdade e contribuem na eliminação da discriminação e do racismo no ambiente educacional.

METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido no período de outubro de 2021 a novembro de 2022, por meio de uma revisão bibliográfica de autores que apresentam significativa importância na definição e construções dos conceitos discutidos, como racismo. Foi necessária a pesquisa em documentos legais para fazer o levantamento do processo histórico do acesso à pessoa negra à educação brasileira.

A pesquisa bibliográfica, segundo Silva et al. (2021), [...] constrói a fundamentação teórica confiável; e elenca as conceituações necessárias que darão sustentação teórica à pesquisa que se pretende desenvolver”.

Por fim, utilizou-se de uma observação participante do grupo Dandara durante os meses da pesquisa. Vivendo as experiências tanto de formação do grupo, quanto de apresentação que serão descritos no próximo tópico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto Dandara: narrativas teatrais antirracistas para a infância, foi idealizado e é coordenado pelos professores Alexandre Santiago da Costa, professor adjunto da Faculdade de

Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED) e Jakeline Alencar Andrade, professora associada da Área de Psicologia da Educação da FACED.

Trata-se de um projeto vinculado à PROCULT/UFC, que surgiu no ano de 2021, objetivando desenvolver ações teatrais para o combate ao racismo e ações na educação básica, visando a trabalhar com práticas pedagógicas antirracistas, através da arte, no curso de Pedagogia e na formação de professores. Práticas essas, que pretendem formar e sensibilizar os educadores para o enfrentamento ao racismo na sociedade. Mediante narrativas teatrais e contação de histórias, o projeto resgata, de forma lúdica, a cultura negra, que por muito tempo foi silenciada/apagada da história.

O projeto conta com a participação de bolsistas remunerados e voluntários dos cursos de licenciatura da UFC, como Pedagogia, Música e Teatro e de professores da rede municipal de ensino de Fortaleza. Acontece semanalmente na FACED, com encontros de formação, ensaios e apresentações do espetáculo.

O projeto articula-se em duas frentes importantes: a primeira é a construção de um espetáculo de teatro que tenha uma dramaturgia antirracista voltada para a primeira infância; a segunda será uma série de formações sobre a técnica de contação de histórias para professores da rede municipal de ensino, atreladas à temática literatura infantil e racismo.

Inicialmente, antes da construção do espetáculo, os integrantes do Dandara passaram por uma formação, em que puderam estudar o livro *Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares*, que contextualiza a estruturação do racismo na educação brasileira. Essa leitura inicial oportunizou a ampliação do conhecimento sobre como o racismo faz-se presente na educação e de que maneira afeta as crianças negras. Essa tomada de consciência, principalmente para futuros educadores, é importantíssima. Entender que o meio educacional reproduz o racismo é o passo inicial para se pensar maneiras de combater a discriminação e o racismo na educação.

O grupo pôde perceber melhor a importância e a necessidade do projeto Dandara. O artigo *Literatura Negra Brasileira: racismo e defesa dos direitos humanos*, de autoria de Zilá Bernd, mostrou a relevância da literatura negra e abriu o caminho para o contato com autoras negras importantes como Djamila Ribeiro, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Essas autoras também foram estudadas, nesse período, com a leitura das obras: *Pequeno manual antirracista*, de Djamila Ribeiro, *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus e *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo.

Pequeno manual antirracista, de Djamila é um compilado de 11 textos curtos, em que a autora usa dados científicos e de sua própria experiência como mulher negra para falar sobre o panorama do racismo no nosso país, além de apontar caminhos para o seu combate. Um dos capítulos do livro é *Leia autores negros* (os quais são uma proposta do projeto). Nesse capítulo, Djamila fala da importância de se ler autores negros e faz o alerta de que na escola não se leem autores negros e traz o conceito de epistemicídio que é o apagamento da produção de conhecimento dos negros. “Epistemicídio é o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos. [...] Os sinais do apagamento da produção negra são evidentes [...]” (Ribeiro, 2019 p. 61).

Djamila ainda nos faz refletir sobre como a elaboração, produção de saberes é imposta por somente uma parcela da sociedade.

A importância de estudar autores negros não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de

maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber (Ribeiro, p. 65).

Quarto de despejo: diário de uma favelada, da Carolina Maria de Jesus, é o seu diário transformado em livro. O diário que narra de forma bem realista a trajetória de uma mulher negra, catadora de lixo, mãe solo que vive na favela do Canindé, na cidade de São Paulo, no Brasil dos anos 1950. Ao retratar sua vida, a autora levanta questões políticas importantes, principalmente relacionadas à fome e à violência. Um livro impactante, que retrata os distúrbios sociais causados pela desigualdade no Brasil.

O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la.)[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças (Jesus, 2014, p. 26).

Olhos d'água, de Conceição Evaristo, é um livro de contos curtos que retrata várias personagens, mulheres negras periféricas (avós, mães e filhas). Através desses contos, a autora faz uma reflexão sobre a vulnerabilidade, a violência, a pobreza e outras questões sociais pertinentes à população negra de forma poética.

Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas (Evaristo, 2016, p. 8).

Nesse período inicial, o projeto contou com palestras muito interessantes de alguns professores. O professor Sahmaroni falou um pouco sobre as religiões africanas praticadas no Brasil, principalmente a Umbanda. A professora, autora e contadora de histórias, Patrícia Adjoke apresentou ao grupo uma de suas histórias e falou um pouco sobre africanidades e ancestralidade. O educador e diretor de teatro Fernando Leão relatou sobre suas experiências com projetos que se alinha com a luta antirracista e educação popular através do teatro-educação. Palestras potentes e esclarecedoras.

Outra parte do projeto são as histórias. Kabengele Munanga (2007) explica um pouco sobre o conceito de africanidade, que seriam traços comuns das culturas existentes no continente africano. Alguns exemplos dessas africanidades seriam: a Ancestralidade, a força vital, a palavra, a iniciação e outros. A tradição oral é a grande escola da vida, recobrando e englobando todos os seus aspectos.

Nela, “o espiritual e o material não se dissociam. Falando segundo a compreensão de cada pessoa, ela se coloca ao alcance de todos” (Lopes; Simas, 2021, p. 41). A oralidade, o uso da palavra e do gesto, contar histórias são traços culturais africanos valorizados no projeto Dandara e por isso, a escolha das histórias são muito importantes, histórias que carregam em si essas africanidades e também traços da cultura dos indígenas. Essas são algumas das histórias e contos que fazem parte do espetáculo: O mundo no black power de Tayó, da autora Kiusam de Oliveira; Meu crespo é de rainha, da autora bell hooks; Yakuba, do autor Thierry Dedieu; Todos dependem da boca, adaptado por Aldónio Gomes; As garras do leopardo, dos autores

Chinua Achebe e John Iroaganachi; A tromba do elefante, adaptado por Adilson Martins; as lendas da boneca Abayomi e do Uirapuru, e outras.

O mundo no black power de Tayó e Meu crespo é de rainha, são histórias que valorizam e enaltecem a diversidade e a beleza dos cabelos cacheados e crespos, empoderando crianças negras. Yakuba é a história de um menino que está prestes a tornar-se guerreiro, mas para isso terá que matar um leão. O menino parte em sua jornada e depara-se com um leão muito ferido. É uma história de coragem e compaixão, que carrega africanidades como a importância da família e dos rituais de iniciação. Todos dependem da boca é um conto que faz uma reflexão sobre qual parte do corpo é a mais importante.

O conto As garras do leopardo, conta a história de um tempo em que os animais não precisavam de dentes afiados e garras para se defenderem, até que o cachorro rebela-se e a paz, entre os animais, deixaria de existir. A tromba do elefante é um conto que explica como o nariz do elefante tornou-se uma tromba enorme e traz uma lição sobre a curiosidade. A lenda da boneca Abayomi é uma história que fala sobre resistência e a do Uirapuru, que fala, dentre outras coisas, sobre o amor.

O Dandara apresenta-se em diversos espaços, tendo como público principal as crianças dos Centros de Educação Infantil (CEI) e Escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de Fortaleza, assim como equipamentos e eventos culturais promovidos pela UFC. O projeto já fez apresentações na Semana de Integração, realizada pela FACED; já se apresentou no Dia Mundial do Brincar, realizado pela Brinquedoteca da FACED. O Dia D da leitura, um evento que levou as histórias para 10 escolas públicas, localizadas em Fortaleza, Maracanaú, Maranguape e Aracati. Já esteve presente na Pós-Graduação, no evento Alfabetização e Multiletramentos na Universidade Estadual do Ceará (UECE), participando da Formação de educadores e alfabetizadores. O Dandara já levou o seu espetáculo para o Museu de Arte da UFC (MAUC). E o CEI Murilo Serpa I e a Escola Municipal Madre Tereza de Calcutá também receberam a contação de histórias do Dandara.

No entanto, além do espetáculo em si, o Dandara, segue contando histórias que valorizam a cultura negra e dos povos originários através do seu canal no YouTube, onde possui muitas visualizações e um número significativo de inscritos e de suas redes sociais, como o Instagram, que possui muitos seguidores atingindo o mais variado e diversos públicos. Cumprindo seu papel social no combate ao racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explorado ao longo dessa pesquisa, constatou-se que a escravidão dos povos africanos foi um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade. Cerca de cem milhões de africanos foram retirados dos seus lares, desumanizados, torturados, explorados e mortos e isso tudo ocorreu com o aval da Igreja e dos governantes da época. O Brasil foi a última nação a abolir a escravidão, que durou mais de 350 anos, servindo de base econômica do país. A força de trabalho escrava construiu o Brasil, mas depois da abolição esses trabalhadores não tiveram suporte necessário para viver dignamente.

O mito da democracia racial colaborou para encobrir o racismo que foi estruturando-se na sociedade brasileira, em todos os seus pilares como: político, econômico, social, jurídico e educacional. No contexto histórico da Educação formal, a legislação brasileira atuou proibindo ou dificultando o acesso da população negra à escola.

O Movimento Negro foi peça fundamental para muitas conquistas dos negros brasileiros, em termos educacionais, a aprovação da Lei 10.639/2003 foi uma conquista muito

importante. As crianças negras são violentamente afetadas pelo racismo, principalmente na construção da sua identidade. A escola deve valorizar os saberes, a memória, as culturas e a história dos povos africanos e indígenas.

O projeto Dandara, ao trazer histórias que valorizam as culturas africanas e indígenas, atua de maneira efetiva contra o racismo. Oferecendo possibilidades e caminhos aos professores que buscam trabalhar as relações étnico-raciais com suas turmas. Além de encantar as crianças com histórias, onde as crianças negras e indígenas sintam-se valorizadas e representadas, também proporciona que as crianças brancas possam ter acesso a outras estéticas, pluralidade e diversidades que também fazem parte da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**. v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991459>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2021.

BARROS, Surya Pombo de. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX**. SciELO Brasil. São Paulo, 2016, v. 42, n. 3, p. 591-605, Jul-Set 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliana dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed., 5º reimp. São Paulo: Contexto, 2020.

CAVALLEIRO, Eliana dos Santos (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. - São Paulo: Selo Negro, 2001.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Os Negros não se deixaram escravizar: temas para as aulas de história dos afrodescendentes. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 69, p. 1-10, 2007. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=10969/>. Acesso em: 5 out. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EPTV. Polícia apura denúncia de injúria racial contra criança em escola de Piracicaba: 'professora falou que cabelo é ridículo', diz mãe. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2022/08/24/policia-apura-denuncia-de-injuria-racial-contracrianca-em-escola-de-piracicaba-professora-falou-que-cabelo-e-ridiculo-diz-mae.ghtml>. Acesso: 02 ago. 2022.

GABIER, Louise. **Lei Eusébio de Queiroz**. Mapa: Memória da administração pública brasileira, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>. Acesso em: 22 out. 2022.

GABIER, Louise. **Lei do Ventre Livre**. Mapa: Memória da administração pública brasileira, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/286-lei-do-ventre-livre>. Acesso em: 22 out. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis. Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. São Paulo: Autêntica, 2017.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras; tradução Bhuvi Libanio**. - 13. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014.

LOMBARDI, Lucia Maria Salgado dos Santos; BOLOGNA, Paula; **Arte afro-brasileira como prática pedagógica na educação infantil: mediando cultura e relações étnico-raciais. Educação infantil online**, vol.1, is.1, Jan/abr. 2021, p. 72-83 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348647269_Arte_afro-brasileira_como_pratica_pedagogica_na_educacao_infantil_mediando_cultura_e_relacoes_etni-co-raciais/citation/download. Acesso em: 20 ago. 2022.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias africanas: uma introdução**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARQUES, Eugenia Portela Siqueira; TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar**. São Paulo: Appis, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Michele Maria da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Glênio Oliveira da. **A Pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. Revista Prisma**, v. 2, n.

1, p. 91-103, 25 de dez. 2021. Disponível em:
<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/45>. Acesso em: 22 set. 2024.

SOUZA, Neuma Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Coleção Tendências; v. 4.

WOODSON, Carter Godwin. **A deseducação do negro**. São Paulo: Edipro, 2021.

| Submetido em: 01/10/2024

| Aprovado em: 12/01/2025

| Publicado em: 31/03/2025